

2. FÓRUM
BRASILEIRO
DOS DIREITOS
DA NATUREZA

Caminhos para a liderança global brasileira centrada na Natureza



Patricia Nogueira Rinaldi e Patricia Capelini Borelli

Uma nova estratégia

O ano de 2023 e os próximos três anos serão decisivos para definir o perfil de liderança global do Brasil em relação à agenda ambiental e climática. A posição internacional brasileira sobre o tema foi substancialmente prejudicada nos últimos anos, marcada por sucessivos ataques à ciência e à Natureza, o que traz um duplo desafio para a reestruturação da liderança global do país: é necessário agir para resgatar a responsabilidade e credibilidade brasileira perante a comunidade internacional sobre essa agenda; ao mesmo tempo em que a intensificação da crise ambiental e climática torna obsoletas as estratégias tradicionais da política externa brasileira para lidar com a questão ambiental.

Uma nova estratégia é necessária para redefinir o perfil da liderança global brasileira na agenda ambiental e climática, e ela deve ser ambiciosa. Essa ambição se justifica não só pela urgência da tripla crise planetária (que envolve poluição, aquecimento global e perda da biodiversidade), mas pela responsabilidade que o Brasil tem junto à comunidade internacional, enquanto um país amazônico e rico em termos de biomas, fauna e flora.

Este documento traz recomendações para que o Ministério das Relações Exteriores redefina o perfil da liderança global brasileira nessa área, assumindo um papel mais incisivo em defesa da agenda internacional da Harmonia com a Natureza e dos direitos da Natureza. Esse movimento não só ampliaria o protagonismo internacional do Brasil, resgatando a credibilidade necessária para essa posição, mas também traria para o centro das discussões um instrumento fundamental para lidar com a atual crise ambiental e climática e suas consequências, uma vez que a Harmonia com a Natureza oferece um novo paradigma de desenvolvimento, centrado na Natureza, na economia ecológica e na relação holística entre direitos humanos e direitos da Natureza.

Os próximos compromissos internacionais do Brasil em relação à presidência do G-20 a partir de dezembro de 2023, a realização do *Summit of the Future* no âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) em 2024 e a realização da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-30) em Belém do Pará em 2025, são momentos oportunos para que o Ministério das Relações Exteriores possa colocar em marcha essa estratégia ambiciosa de liderança global brasileira centrada na Natureza.

Trazendo a abordagem centrada na Natureza para o G-20

A presidência do G-20 é uma ótima oportunidade para a redefinição do perfil de liderança do Brasil na pauta ambiental. Ao assumir a presidência do grupo, em setembro de 2023, o presidente Lula pontuou as três prioridades do país: inclusão social e combate à fome; transição energética e promoção do desenvolvimento sustentável; e reforma das instituições de governança global.

A promoção do desenvolvimento sustentável depende diretamente de uma mudança na forma como a humanidade lida com o meio ambiente, passando de uma relação antropocêntrica para uma abordagem centrada na Natureza (*Earth-centered*). Por isso, o reconhecimento da Natureza enquanto sujeito de direitos é fundamental, inclusive como um mecanismo de combate à fome. Os caminhos para avançar nesse sentido não são novos: a agroecologia, por exemplo, é um modelo que funciona em harmonia com a Natureza e seus direitos e, por ser capaz de produzir uma variedade maior de alimentos, acaba também por fornecer uma alimentação mais nutritiva à população.

Nesse caminho, ao trazer uma abordagem *Earth-centered* para o G-20, o Brasil reforçará o seu compromisso histórico de trazer o foco para as pessoas (*people-centered*), garantindo a prioridade da inclusão social e combate à fome aliada a uma relação mais harmônica com a Natureza.

A estratégia também se vincula à terceira prioridade apontada pelo presidente Lula, na medida em que essa mudança de abordagem exige, fundamentalmente, uma revisão das atuais instituições. É necessária uma maior democratização da governança global a favor das vozes que protegem a Natureza, que se encontram majoritariamente no Sul Global, como é o caso dos povos originários e das comunidades tradicionais, que são os principais guardiões da Natureza.

O futuro é agora e as soluções estão na Natureza, desde que seus direitos sejam reconhecidos

O *United Nations Summit of the Future*, em 2024, é outro momento oportuno para o Brasil redefinir seu perfil de liderança, pois está em pauta não apenas o seguimento e a revisão da implementação da Agenda

2030 para o Desenvolvimento Sustentável, mas sobretudo a revisão do atual paradigma de desenvolvimento considerando a forma como a humanidade se relaciona com a Natureza.

Isso está expresso em um dos principais objetivos da Cúpula, que é a revisão do Produto Interno Bruto (PIB) enquanto indicador de progresso de implementação da Agenda 2030. Os atuais indicadores baseados no PIB desconsideram fatores cruciais para um desenvolvimento sustentável, como a preservação ambiental, pois estimulam a degradação ambiental associada ao processo produtivo.

Ao trazer o paradigma da Harmonia com a Natureza e, em especial, os direitos da Natureza enquanto indicador de implementação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), garante-se o respaldo jurídico necessário para que o respeito pela vida e pelo planeta seja parte integrante do seguimento e revisão da Agenda 2030, atingindo-se, assim, um desenvolvimento verdadeiramente sustentável para as gerações presentes e futuras.

Considerando que a agenda do Summit of the Future está sendo dominada pelos interesses do Norte Global, a oportunidade está aberta para que o Brasil lidere os países em desenvolvimento ao propor uma agenda ambiciosa de priorização do meio ambiente dentro do sistema multilateral, com ênfase na garantia do direito humano ao meio ambiente limpo, saudável e sustentável, a partir do paradigma da Harmonia com a Natureza.

O Brasil pode resgatar a relevância do *Summit of the Future* para o Sul Global ao defender o reconhecimento dos direitos da Natureza como um caminho para garantir os direitos humanos, pauta essa que, historicamente, constitui uma prioridade brasileira nas negociações internacionais.

COP-30 é o momento definitivo para o Brasil liderar em Harmonia com a Natureza

2025 será o ano decisivo para o Brasil determinar o perfil internacional de liderança atrelada à agenda global do clima e meio ambiente, considerando a escolha do país para sediar a COP-30. A opção de trazer a Conferência para o Pará, um estado amazônico, foi estratégica para dar maior visibilidade para a região e, com isso, avançar nos compromissos das Partes sobre as metas já estabelecidas, porém, muitas vezes, ainda negligenciadas.

A posição internacional brasileira deve ser ambiciosa e coerente com tal estratégia e deve trazer para o centro das discussões a Harmonia com a Natureza como paradigma para o desenvolvimento da Amazônia e dos povos amazônicos, deixando para trás o paradigma extrativista que marca – e mancha – a imagem internacional do país.

Os caminhos estão abertos, tendo em vista os Diálogos Amazônicos organizados no âmbito da OTCA em agosto deste ano, e o fato de que o Brasil já possui 9 municípios que reconhecem entes da Natureza como sujeitos de direitos, sendo o mais recente deles um rio amazônico, o Rio Laje - Komi Memen - no município de Guajará-Mirim (Rondônia).

A liderança brasileira é ainda estratégica para que os países do Sul Global, em especial os países amazônicos, assumam a frente da proposta da mudança de paradigma levando em conta os povos que mais sofrem as consequências do atual paradigma de desenvolvimento. Em nível regional, é crucial que o Brasil continue reforçando laços com outros países amazônicos, sobretudo no âmbito da OTCA.

Já no plano doméstico, a aproximação entre o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério dos Povos Indígenas é imprescindível nesse processo, visto que o novo paradigma depende dos saberes e da participação ativa dos povos originários e tradicionais, enquanto verdadeiros guardiões da Natureza. Com isso, o Ministério das Relações Exteriores contribuirá não só para fortalecer a posição institucional do recém-criado Ministério dos Povos Indígenas, mas também colocar em prática o compromisso internacional do Brasil com a garantia dos direitos humanos, agora integrados aos direitos da Natureza.

Recomendações

Levando em consideração as oportunidades listadas, apresentamos três recomendações para que o Ministério das Relações Exteriores coloque em prática a liderança global brasileira centrada na Natureza.

1. Liderar os esforços na criação da Assembleia da Terra (*Earth Assembly*), no âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas, como um encontro de alto-nível que reforce o multilateralismo e a busca por abordagens holísticas como caminhos para a implementação da Agenda 2030. O mandato da

futura Assembleia da Terra seria a construção de um paradigma de desenvolvimento centrado na Natureza que possa pautar as futuras agendas das Nações Unidas para um desenvolvimento verdadeiramente sustentável. A Assembleia da Terra se diferenciará de outras instâncias decisórias no âmbito da ONU ao ser um espaço exclusivo de propostas não-antropocêntricas, com representatividade para além dos Estados-membros. É nesse duplo sentido – agenda e composição – que a Assembleia da Terra cobre uma lacuna deixada pela Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente, organizada no âmbito do PNUMA.

2. Democratizar os espaços de construção da liderança ambiental e climática global do Brasil,

ao fortalecer e trazer para o centro das discussões as perspectivas e saberes dos povos originários e tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, entre outros), que atuam como guardiões da Natureza, a fim de evitar que esse novo paradigma seja cooptado por países que impuseram o padrão extrativista atual, responsável pela atual crise. Para tanto, o Ministério das Relações Exteriores precisa criar diálogos institucionais entre povos originários e tradicionais, a comunidade científica, a sociedade civil e a academia em relação ao paradigma não-antropocêntrico e ao reconhecimento dos direitos da Natureza. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de o Ministério das Relações Exteriores estreitar o diálogo com a Articulação Nacional pelos Direitos da Natureza - Mãe Terra, responsável por organizar o Fórum Brasileiro dos Direitos da Natureza, cuja segunda edição se configurou como a primeira edição da Assembleia da Terra Brasil. É também fundamental que o Ministério das Relações Exteriores participe dos próximos fóruns e eventos organizados pela Articulação.



Patrícia Nogueira Rinaldi, Ph.D., é Professora Associada do curso de Relações Internacionais das Faculdades de Campinas (FACAMP) e diretora do Centro de Estudos e Pesquisas em Relações Internacionais da mesma instituição (CERI-FACAMP). É especialista da Rede de Conhecimento do Programa Harmonia com a Natureza da ONU.



Patrícia Capelini Borelli, Ph.D., é Professora Associada do curso de Relações Internacionais das Faculdades de Campinas (FACAMP) e co-coordenadora do projeto FACAMP Model United Nations (FAMUN) de pesquisa, educação e capacitação para o Desenvolvimento Sustentável.

3. Ampliar a visibilidade e dar maior respaldo ao Programa das Nações Unidas sobre Harmonia com a Natureza

e ao subitem “Harmonia com a Natureza” alocado no item “Desenvolvimento Sustentável” da agenda do Segundo Comitê da Assembleia Geral das Nações Unidas. A participação do Brasil nesse subitem da agenda é tímida e geralmente segue os delineamentos do Grupo dos 77, por um lado; e da liderança da Bolívia, por outro. Essa participação tímida não reflete o amplo engajamento da sociedade civil e academia brasileiras no tema, como demonstrou a participação brasileira no 12º Diálogo Interativo da Assembleia Geral sobre Harmonia com a Natureza, realizado no dia 24 de abril desse ano. A Missão Permanente do Brasil na ONU não sabia com antecedência dos vinte participantes brasileiros da academia e sociedade civil no evento, o que gerou alguns problemas organizacionais e impediu um maior destaque do Brasil nas discussões. Isso contrastou com a articulação dos países da União Europeia, cujas Missões Permanentes estavam alinhadas com os participantes da sociedade civil e academia, resultando em maior destaque às iniciativas do Norte Global. Encontros preparatórios para os Diálogos Interativos são cruciais para elevar o perfil diplomático brasileiro no tema da agenda.

A liderança global brasileira na agenda do clima e meio ambiente é urgente e necessária para que a resposta à tripla crise planetária considere as necessidades e demandas dos povos do Sul Global. Por isso, tal liderança não pode estar centrada em outros princípios senão os princípios da Natureza, o que permitirá ao Brasil construir soluções verdadeiramente holísticas, cooperativas e multilaterais que respeitem e promovam os direitos humanos e os direitos da Natureza.

2. FÓRUM BRASILEIRO DOS DIREITOS DA NATUREZA



mapas

FACAMP CERI CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS
EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS



Harmony with Nature
United Nations

Autoria e Edição

Professora Patrícia Nogueira Rinaldi
Professora Patricia Capelini Borelli

Revisão

Vanessa Hasson de Oliveira

Design

Fernando Cavalari